



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 639953 - MT (2021/0012262-8)

RELATOR : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK
IMPETRANTE : JIUVANI LEAL E OUTROS
ADVOGADOS : KARINA ROMÃO CALVO - MT0193700
JIUVANI LEAL - MT0246450
DANILO MILITÃO DE FREITAS - MT0197470
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO
PACIENTE : ALANDRO SOUZA CARVALHO DOS SANTOS (PRESO)
INTERES. : MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de ALANDRO SOUZA CARVALHO DOS SANTOS em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO (HC n. 1000138-35.2021.8.11.0000).

O paciente teve a prisão em flagrante convertida em preventiva em razão do suposto cometimento do delito previsto no art. 33, *caput*, da Lei n. 11.343/2006.

O impetrante sustenta que o paciente sofre constrangimento ilegal, em razão da nulidade do auto de prisão em flagrante baseada em prova ilícita produzida em "clara violação do domicílio do paciente" (fl. 9).

Requer, liminarmente e no mérito, a concessão da ordem para a revogação da prisão preventiva e reconhecimento de nulidade da prova com trancamento do inquérito policial.

É, no essencial, o relatório. Decido.

A presente impetração é contra decisão que indeferiu liminar postulada em prévio *writ*.

O STJ firmou o entendimento de que não cabe *habeas corpus* contra indeferimento de pedido de liminar em outro *writ*, salvo no caso de flagrante ilegalidade, conforme demonstra o seguinte precedente:

PROCESSUAL PENAL. *HABEAS CORPUS*. SÚMULA 691/STF. FLAGRANTE ILEGALIDADE. SUPERAÇÃO. TRÁFICO DE DROGAS. PRISÃO PREVENTIVA DEVIDAMENTE FUNDAMENTADA. NECESSIDADE DE GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. PRISÃO DOMICILIAR. CONSTRANGIMENTO ILEGAL

EVIDENCIADO. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO. ORDEM CONCEDIDA, DE OFÍCIO.

1. Nos termos do Enunciado n. 691 da Súmula do Supremo Tribunal Federal, não é cabível habeas corpus contra indeferimento de pedido de liminar em outro writ, salvo em casos de flagrante ilegalidade ou teratologia da decisão singular, sob pena de indevida supressão de instância.

[...] (HC n. 486.900/SP, relator Ministro Ribeiro Dantas, Quinta Turma, DJe de 26/2/2019, grifo meu.)

Confira-se também a Súmula n. 691 do STF: "Não compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer de habeas corpus impetrado contra decisão do Relator que, em *habeas corpus* requerido a tribunal superior, indefere a liminar."

No caso, não visualizo, em juízo sumário, manifesta ilegalidade que autorize o afastamento da aplicação do mencionado verbete.

Ante o exposto, com fundamento no art. 21, XIII, c, c/c o art. 210 do RISTJ, indefiro liminarmente o *habeas corpus*.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 18 de janeiro de 2021.

JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência